

# Verbas para despoluir

Prazo para o final das obras se esgota em

CIDAD

## Paranoá mofam no Bird

dezembro mas a Caesb nem o projeto apresentou

ADAUTO CRUZ

M. CAVALHEIRO  
Da Editoria de Cidade

O Brasil dispõe de recursos do Banco Mundial (Bird) para aplicação em saneamento, mas o Governo federal não pode transferir para o GDF sequer um centavo de dólar enquanto não for resolvida a questão de um contrato firmado em 1981 para a despoluição do Lago Paranoá. Até hoje, a Caesb não apresentou o projeto da obra, seu cronograma e os termos das necessárias concorrências públicas. O contrato com o Bird — que até agora não saiu do papel — estipula prazo para o final da construção das estações de tratamento e de interceptores de esgotos. O tempo se esgota em dezembro, e a Caesb atualmente estaria negociando um novo empréstimo sem licença da Seplan.

A história destes recursos que envelhecem sem ser aplicados é intrincada. Seus lances incluem recente viagem do presidente da Caesb, Willian Penido Valle, aos Estados Unidos, onde manteve contatos com o Banco Mundial com objetivos desconhecidos pela Seplan, pelo Ministério do Desenvolvimento Urbano e pelo BNH. O coordenador de Cooperação com Organismos Internacionais, Carlos Roberto Cristali, disse não acreditar que a empresa de água e esgotos esteja tentando um novo empréstimo. "Qualquer pedido destes tem de passar por minha mesa", assegurou o funcionário da Seplan. O BNH e o MDU, porém, têm informações diferentes a respeito da ação de Penido.

O BNH tem conhecimento extra-oficial de que a Caesb estaria procurando prorrogar o prazo para o final da obra cuja execução demanda dois anos e para a qual, pelos termos do contrato com o Bird, dispõe-se apenas dois meses e meio. O MDU acredita, também através de informações não oficiais, que Penido tenha ido aos EUA para tentar um novo — e impossível — empréstimo. Jair Soares Lapa — assessor da secretaria geral daquele ministério, incumbido justamente de resolver problemas referentes a antigos e inaproveitados empréstimos — salientou que existem inúmeras soluções para o problema.

Uma das alternativas apontadas por Lapa é o simples cancelamento do contrato com Bird. Isto foi feito em São Paulo, onde existia situação semelhante à de Brasília. O assessor do MDU explicou que o Governo brasileiro acertou um pacote com o Banco Mundial no ano passado e deverá fechar outro em 1987. A verba está disponível e pode ser aplicada com flexibilidade, sem necessidade de apresentação de projetos e plantas ao banco internacional. O entrave está em uma cláusula onde se determina que não poderão ser repassados recursos a Unidades da Federação que tenham contratos específicos para obras na mesma área. Em São Paulo, optou-se pelo cancelamento do contrato anterior. Esta ação possibilitou ao Governo federal a transferência de dólares para aquele Estado — e o emperramento desapareceu.

Lapa disse que há muitas opções possíveis, mas até hoje a Caesb e o GDF não o procuraram — embora todos os governos estaduais e empresas estatais com este tipo de problema estejam sendo instados a isto — para esclarecer a situação e acertar os passos futuros. Há até chances de que os recursos disponíveis sejam transferidos para outras áreas — mas isto depende dos termos de um contrato que o funcionário do MDU desconhece. Enquanto a Caesb negocia sem o imprescindível aval da Seplan, os riscos se avolumam. O próprio convênio firmado entre aquela empresa, o GDF e o BNH poderá ser anulado a partir do fim do ano, se ninguém sentar à mesa do gerente da agência do Banco Nacional da Habitação em Brasília — munido de projetos, cronograma e termos de concorrência — a fim de definir a aplicação da verba.

A própria prorrogação do prazo para a conclusão da obra — que o BNH acredita esteja sendo tentada pela Caesb — pode esbarrar na Seplan. Cristali explicou que os contratos mais antigos foram firmados com juro fixo e disse que há exemplos de empréstimos onde a taxa foi superior a 11 por cento ao ano. Atualmente, o Bird aplica juros flutuantes, que vêm de crescendo e hoje estão em

8,23 por cento ao ano. Portanto — assinala o coordenador de Cooperação com Organismos Internacionais — o governo brasileiro não tem interesse em prorrogações, a não ser em casos especiais. Cabe à Seplan — até hoje não consultada pela Caesb — analisar detidamente cada caso.

### CONTRAPARTIDA

O gerente da agência local do BNH, Jael Antônio da Silva, relatou que a despoluição do Lago Paranoá teve um orçamento inicial de valor equivalente a Cz\$ 645 milhões 943 mil. O contrato firmado em 1981 pôs à disposição do GDF a parcela que seria fornecida pelo Banco Mundial, mas o andamento foi obstruído pelo fato de que o GDF não dispunha da contrapartida de 50 por cento (Cz\$ 322 milhões 971 mil 500) determinada pelas regras do Bird para empréstimos para saneamento. O Banco Mundial e o BNH entrariam com os outros 50 por cento, mas Jael não soube especificar em que proporção.

Ele contou que, no ano passado, o governador José Aparecido obteve o compromisso da Seplan de que seriam fornecidos recursos para saldar a contrapartida. Foi então firmado o convênio entre a Caesb, o GDF e o BNH. Depois disso, em março de 1986, houve uma re-ratificação deste documento, porque "alguns detalhes operacionais não estavam bem claros". O lance seguinte foi a reavaliação do custo da obra pela Caesb. A empresa informou ao BNH que seriam necessários não mais os Cz\$ 645 milhões, mas algo entre Cz\$ 1 bilhão e Cz\$ 1 bilhão 300 milhões.

O BNH, em uma reunião no Rio de Janeiro, em julho, decidiu que ampliaria sua participação, desde que o GDF fizesse o mesmo e se respeitasse a proporção anteriormente acertada entre a contribuição de cada um dos envolvidos — exceto o Bird, que não fez parte desta negociação. Até hoje, Jael da Silva espera que a Caesb o visite devidamente munida de projeto, termos de concorrências e cronograma para a libertação dos recursos. Segundo as informações de que ele dispõe, Penido estaria negociando com o Bird a prorrogação do prazo por mais um ano. Ele disse que isto poderia resolver o pro-

blema, embora a obra deva se estender por dois anos, pois poderiam ser aplicados primeiro os recursos do Banco Mundial e posteriormente os do BNH e aqueles fornecidos pela Seplan ao GDF.

O presidente da Caesb informou recentemente que dentro de um mês poderia ser feita concorrência internacional para as obras de despoluição do Paranoá. Esta informação surpreendeu, por exemplo, ao gerente da agência do BNH em Brasília. "Falta alguém sentar aí onde você está" — disse ele, dirigindo-se ao repórter que ocupava uma cadeira defronte a sua escrivaninha — "com o projeto, o cronograma e os termos das concorrências. Então nós analisaremos isto rapidamente e a obra poderá começar". Falta isto, e a Caesb — por sua conta — vai dando outro encaminhamento à questão. Encaminhamento, aliás, estranho às autoridades da área. Procurado ontem pelo C O R R E I O

BRAZILIENSE, Willian Penido não pôde atender porque estava em reunião. O caso de Brasília não é exclusivo. Jair Soares Lapa tem no MDU a função de resolver este tipo de problema. "Para mim não é preciso justificar nada" — explica ele —, "pois o que me interessa não é o passado, nem o presente. O que eu preciso saber é o que será feito amanhã. O Governo federal está empenhado em erradicar o que Lapa chama "rabos" de velhos contratos com o Banco Mundial. Para tanto, o MDU pressiona o BNH, que pressiona os Estados e empresas que dispõem de recursos e não os aplicam.

Há dois motivos básicos para o exercício dessas pressões. Um deles é o fato de que o País paga juros — desde 1981, no caso específico do Paranoá — por dólares que não estão sendo empregados. O outro diz respeito a modificações nas prioridades nacionais e estaduais e à própria alteração nas relações do País com o Bird. Hoje, diz Lapa, os empréstimos são contraidos em condições mais favoráveis, não só no tocante aos juros, mas às próprias cláusulas dos contratos. O programa de saneamento, por exemplo, não exige mais o envio de plantas, não tem mais o rigor dos anteriores.